



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/CGAP/DIREX/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.014139/2024-71

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de peças e componentes destinados às manutenções programadas (preventivas e preditivas) e não programadas (corretivas) da aeronave tipo helicóptero, modelo AW139, ano de fabricação 2013, prefixo PR-HFV, pertencente à frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, tendo por objetivo manter a aeronave em plenas condições operacionais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO (CATMAT 102830)	Quantidade simbólica unitária	Valor Simbólico Unitário R\$	Valores máximos de Referência	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
1	1	PEÇAS e COMPONENTES originais constantes do Manual de Manutenção da Aeronave e/ou do IPC (Catalogo Ilustrado de Peças) da fabricante da aeronave tipo helicóptero, modelo AW139, ano de fabricação 2013, prefixo PR-HFV. <b>Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo é possível aferir tomando-se por base parâmetros inerentes às determinações técnicas de manutenção regular da aeronave e Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo não é possível aferir, em razão de fatores imprevisíveis.</b>	14.918.796,58	R\$ 1,00	<b>R\$ 14.918.796,58</b>	<u>Conforme itens 2 e 3</u>
	2	Taxa administrativa referente ao item 1 (peças com valor abaixo de U\$2.500,00), referência 38%	1		<b>R\$ 38,00</b>	38%
	3	Taxa administrativa referente ao item 1 (peças com valor acima de U\$2.500,00), referência 21%	1		<b>R\$ 21,00</b>	21%

1.2. O item 1 da tabela acima não será objeto de lances, apenas corresponde ao valor que a administração tem reservado para gastos com peças, FAVOR REPETIR O VALOR NO ITEM 1;

1.3. Os itens 2 e 3 se referem aos valores da taxa de administração, conforme percentuais especificados na tabela, convertidos para valores em reais, que serão objeto de lances, consignados em ata de sessão pública o seu resultado somente para fins de cálculo da taxa de administração a ser aplicada, conforme o valor da peça ou componente a ser demandado.

1.3.1. O valor referente ao item 1 é relativo ao aporte financeiro para custear a aquisição de peças e componentes que são o objeto deste instrumento, acrescida da taxa de administração correspondente ao caso (peças e componentes com valores acima ou abaixo de U\$ 2.500,00). Portanto, novamente, não será objeto de lances.

1.3.2. Com isso, após o final da fase de aceitação, os preços referentes aos itens 2 e 3, serão reduzidos a valores irrisórios como parte da negociação, contudo deverá estar presente na proposta o percentual ofertado para efeito de conferência pelo fiscal do contrato na hora do atesto do pagamento.

1.4. Os lances serão realizados pelas licitantes aos itens 2 e 3, os quais, após cálculos e julgamento de propostas, serão considerados como percentuais aplicáveis a cada um dos casos previstos no sub-tópico acima. Ao final da sessão, e para fins de registro em termo contratual, serão consignados em sistema os percentuais correspondentes a cada uma das situações.

1.5. O item 1 corresponde ao valor dos gastos com peças e taxa administrativa, esclarecendo que sua decomposição corresponde ao valor de R\$ 9.249.653,91 de reserva para peças e R\$ 5.669.142,67 referente a taxa

administrativa de 38%, totalizando **R\$ 14.918.796,58** para peças independente da taxa cobrada.

a) O modelo busca minimizar os prejuízos para a administração conforme a prática de mercado. Assim, utilizou-se o maior percentual (38%) de forma a simplificar o procedimento e importar menor risco para administração com a possibilidade de falta de recurso, devido 38% garantir maior reserva orçamentária do que 21%, lembrando que cada fatura será liquidada conforme os percentuais informados na proposta.

b) **Exemplo de lance:** ofertados R\$ 25,50 ao item 2, tem-se que a taxa de administração proposta pela empresa licitante para o fornecimento de peça ou componente cujo valor não ultrapasse U\$ 2.500,00 é de **25,5%**. Ofertados R\$ 16,75 ao item 3, tem-se que a taxa de administração proposta pela empresa licitante para o fornecimento de peça ou componente cujo valor ultrapasse U\$ 2.500,00 é de **16,75%**.

1.6. O vencedor selecionado será aquele que apresentar o menor valor para os itens 2 e 3.

1.7. Com base nos exemplos de lances acima, para definir o valor total do contrato, basta fixar o valor reservado para as peças R\$ 9.249.653,91 e aplicar o novo percentual exemplificativo de 25,5% (devido a adoção da maior taxa - conforme explicação no item 1.5 "a"):  $R\$ 9.249.653,91 + R\$ 2.358.661,75 = R\$ 11.608.315,66$  (valor total do contrato), repetindo o modelo para qualquer outra taxa ofertada, lembrando que esse valor será registrado como negociado no final da licitação.

## 1.8. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.8.1. A taxa de administração, de que tratam os itens 2 e 3 da tabela acima, **deve compor** todo o custo logístico, operacional, administrativo, margem de lucro, bem como incidências outras, como frete interno/externo, seguros, taxas/impostos/tributos (ICMS, IPI, II, PIS, COFINS, etc.) de importação e desembaraço aduaneiro/nacionalização, eventual honorário de despachante, riscos, manutenção e gerenciamento de estoque em galpões e/ou depósito especial (DE), além de outros custos antes e após a nacionalização, incluindo a hipótese de pedido em AOG (*Aircraft on Ground*), etc., até a efetiva entrega da peça e/ou componente para a contratante.

1.8.2. Assim, os itens descritos no *Price List* do fabricante e/ou que constem no Manual de Manutenção da aeronave e/ou no IPC (Catálogo Ilustrado de Peças), terão como preço base de referência, antes da aplicação da taxa administrativa, a cotação direta (do *Price List*) com a fabricante da aeronave ou da peça para, só posteriormente, ocorrer a aplicação da taxa de administração, que já deve prever todos os custos citados no parágrafo anterior (1.8.1.).

1.8.3. Nesse mesmo contexto, caso ocorra a necessidade de aquisição de peças que constam no Manual de Manutenção da aeronave e/ou no IPC (Catálogo Ilustrado de Peças) **que não sejam da própria fabricante da aeronave**, como por exemplo peças/componentes do motor da aeronave, a empresa vencedora do certame deve apresentar a cotação ou orçamento da fabricante da determinada peça e/ou equipamento, considerando a utilização do **preço base (*Price List*) dessa fabricante da peça e/ou equipamento** e então acrescido o percentual da taxa de administração ofertada conforme proposto pelo vencedor do certame, que também já deve prever todos os custos citados no parágrafo 1.8.1.;

1.8.4. A intenção da contratação é o Registro de Preços, através de cobrança de taxa de administração sobre o *Pricelist*, já realizado de forma satisfatória no processo SEI 08211.002628/2018-11, 08211.004543/2019-41, 08211.001745/2021-55 e 08211.004755/2022-23, aprovado pelo Parecer nº 098/2016/CJU-RN/CGU/AGU e 13518959. Assim, sendo o procedimento repetido ao longo das subseqüentes licitações;

1.8.5. A modalidade de licitação escolhida para a contratação do objeto (Registro de Preços por meio de Pregão Eletrônico) encontra amparo no Art. 3º, Incisos I, II e V, do Decreto 11.462/2023, haja vista que, quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes (Inc. I); quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa (Inc. II); e quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração (Inc. V).

1.8.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133/21;

1.8.6.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, na forma do Parágrafo único do artigo acima citado.

## 1.9. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.9.1. Todas as peças e componentes deverão ser originais e/ou recomendadas pelo fabricante para a aeronave **AW139**, ano de fabricação 2013, prefixo **PR-HFV**, número de Série **41325**;

1.9.2. Em relação ao valor do objeto:

1.9.2.1. O valor previsto da contratação é de **R\$ 14.918.796,58** (quatorze milhões, novecentos e dezoito mil setecentos e noventa e seis reais e cinquenta e oito centavos), composto por:

a) **R\$ 9.000.000,00** (nove milhões de reais), correspondente ao valor estimado de peças a serem trocadas conforme estudo técnico preliminar, além das peças constantes no mapa de componentes do fabricante, outras peças e componentes que podem ser danificados ou não recomendadas à reutilização pelo fabricante (cablagens, conexões elétricas, tubulações,

vedações especiais, porcas, parafusos, pinos, contra pinos, buchas e etc) e que não há como especificar, devido à diversidade de componentes na aeronave e já estão inclusos no valor, e;

b) **R\$ 5.918.796,58** (cinco milhões, novecentos e dezoito mil setecentos e noventa e seis reais e cinquenta e oito centavos), correspondente ao valor estimado para compras de peças em que não é possível prever (danos inesperados em peças e componentes) e que podem ser objeto de aquisições eventuais nesse registro de preço;

1.9.2.2. Essa sistemática visa minimizar a oneração dos contratos quando da ocorrência de defeitos em peças com valores mais significativos financeiramente, agilizando a contratação das peças que não estão relacionadas nas manutenções regulares de imediato, favorecendo a continuidade do funcionamento da aeronave, de acordo com o princípio da eficiência e economicidade.

1.9.2.3. Os valores obtidos nos itens 2 e 3 da tabela serão os percentuais que comporão o preço para balizar as aquisições de peças com valores abaixo de US\$ 2.500,00 (item 2) e acima de US\$ 2.500,00 (item 3). O teto de ambos estão estimados em 38% (item 2) e 21% (item 3);

1.9.2.4. Esclarece-se que mesmo com a previsibilidade, a Administração só efetuará o pagamento dos componentes efetivamente fornecidos, podendo ser inferior ao valor estimado da contratação do grupo;

1.9.2.5. Novamente, o percentual de taxa de administração a ser aplicado sobre o valor base representa todos os custos citados no parágrafo 1.8.1. até a entrega da peça e/ou componente para a contratante;

1.10. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.11. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.12. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados do(a) assinatura, prorrogáveis por igual período, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.13. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **RELAÇÃO DE CUSTOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS POR EVENTO (EXEMPLO)**

ITEM	PART NUMBER (PN)	NOMENCLATURA	QTD	VALOR PRICE LIST (USD)	TX. ADM	TX. ADM POR ITEM (USD)	TOTAL TX. ADM (USD)	VALOR FINAL POR ITEM (USD)	TOTAL DOS ITENS (USD)
1	7037630-812	TELA MFD/PFD	2	274.141,36	21%	57.569,69	115.139,37	331.711,05	663.422,09
2	3G2520V01431	FISHER CIVIL SEAT	10	22.193,58	21%	4.660,65	46.606,52	26.854,23	268.542,32
3	3G6210A00131	MAIN Rotor BLADE	1	193.865,65	21%	40.711,79	40.711,79	234.577,44	234.577,44
4	822835-5-107	ENGINE CONTROL ELECTRONIC - ECE	1	183.331,16	21%	38.499,54	38.499,54	221.830,70	221.830,70
5	3G6730V00532	SERVO HIDR. PRINCIPAL	1	118.548,91	21%	24.895,27	24.895,27	143.444,18	143.444,18
6	1152550-4	GCU	1	66.611,52	21%	13.988,42	13.988,42	80.599,94	80.599,94
7	3G6730V00732	SERVO HIDRA. DE CAUDA	1	111.012,94	21%	23.312,72	23.312,72	134.325,66	134.325,66
8	3G6410A00133	TAIL ROTOR BLADE	1	62.935,72	21%	13.216,50	13.216,50	76.152,22	76.152,22
9	3G6220V02051	DAMPER MAIN ROTOR	1	36.113,80	21%	7.583,90	7.583,90	43.697,70	43.697,70
10	33204-002	BATERIA PRINCIPAL	1	34.127,42	21%	7.166,76	7.166,76	41.294,18	41.294,18
11	0230390-202	FAROL DE POUSO	1	29.682,13	21%	6.233,25	6.233,25	35.915,38	35.915,38
12	1152546-2	STARTER GENERATOR	1	66.611,52	21%	13.988,42	13.988,42	80.599,94	80.599,94
13	2778-1	BATERIA AUXILIAR	1	15.130,21	21%	3.177,34	3.177,34	18.307,55	18.307,55
14	3G6420V00455	DAMPER TAIL ROTOR	1	9.422,27	21%	1.978,68	1.978,68	11.400,95	11.400,95

15	87223-85	PRESSURE SWITCH	1	7.229,05	21%	1.518,10	1.518,10	8.747,15	8.747,15
16	A537A01AA01-0265R2	CABO MASSA DO R/P	5	184,04	38%	69,94	349,68	253,98	1.269,88
17	DR9841T	TYRE	2	4.977,19	38%	1.891,33	3.782,66	6.868,52	13.737,04
18	3G2840V00951	PROBE DE COMBUSTÍVEL	1	5.257,75	21%	1.104,13	1.104,13	6.361,88	6.361,88
19	109-0740V01-139	POSITION LIGHT RED	1	3.625,25	21%	761,30	761,30	4.386,55	4.386,55
20	109-0740V01-141	POSITION LIGHT GREEN	1	3.625,25	21%	761,30	761,30	4.386,55	4.386,55
21	A537A03AA03-0265	CABO MASSA DO T/R	4	202,72	38%	77,03	308,13	279,75	1.119,01
22	109-0740V01-137	TAIL POSITION LIGHT	1	2.951,96	38%	1.121,74	1.121,74	4.073,70	4.073,70
21	01-0770905-01	ANTI COLLISION LIGHT ASSY	1	3.534,79	21%	742,31	742,31	4.277,10	4.277,10
24	0230353-003	LAMP, HID DS2 50/75W	1	1300,78	38%	494,30	494,30	1.795,08	1.795,08
25	HDS1171-7-4	SEAL, STATIC	2	13,98	38%	5,31	10,62	19,29	38,58
26	M83461/1-260	PACKING	2	12,02	38%	4,57	9,14	16,59	33,18
27	3073974-01	BICOS INJETORES	14	17.611,24	21%	3.698,36	51.777,05	21.309,60	298.334,41
28	3073976-01	BICOS INJETORES	14	17.626,39	21%	3.701,54	51.821,59	21.327,93	298.591,05
TOTAL (US\$)							US\$471.060,52		US\$2.701.261,40
VALOR ESTIMADO FINAL EM REAIS (R\$)							R\$ 2.601.620,14		R\$ 14.918.796,58
Cotação do dólar em 27/06/2024 = R\$ 5,5229									

#### 1.14. DA PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR EXCHANGE

1.14.1. Ao longo da execução dos contratos anteriores, bem como em contrato similar para aeronaves esquilo, mostrou-se salutar a eventual previsibilidade para aquisição de PEÇAS e/ou COMPONENTES, constantes no IPC (Illustrate Parts Catalog) por meio da categoria EXCHANGE, prevista no referido instrumento contratual.

1.14.2. O EXCHANGE trata-se de prática comercial no meio aeronáutico, já prevista para alguns itens do *Price List* do FABRICANTE e consiste, basicamente, num procedimento de troca de um componente inoperante e reparável por outro, em condições normais de uso, com pagamento/retorno de certo valor de crédito, o chamado *ADDITIONAL BILLING*.

1.14.3. No decorrer das intervenções de manutenção nas AERONAVES, caso haja falha em PEÇA e/ou EQUIPAMENTO nelas instalado, esse item deve ser retirado do aparelho e destinado a conserto, revisão ou descarte, conforme o caso.

1.14.4. No contexto desses eventos de manutenção, em algumas situações, o serviço de reparo/revisão do componente pode ser realizado por oficina homologada situada no Brasil. Já em outros casos, a peça deve ser enviada para oficinas homologadas situadas no exterior, caso não haja oficina nacional homologada. Dessa forma, tanto num, quanto no outro caso, a ausência de um COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO sobressalente em estoque, o período de indisponibilidade das AERONAVES corresponderá ao tempo consumido para o restabelecimento da funcionalidade do COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO.

1.14.5. Em outros casos, a depender da natureza e/ou extensão do defeito apresentado no COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO, seu conserto pode se tornar demorado e dispendioso a ponto de tornar a recuperação desvantajosa para o interesse público. Dessa maneira, a previsão do Exchange pode se tornar uma hipótese de aquisição de um componente EM CONDIÇÕES DE USO menos onerosa, ao considerar-se o valor da aquisição de um componente novo, ou mesmo novo com possibilidade de recuperar parte dos custos de aquisição.

1.14.6. Demonstrada a conveniência do EXCHANGE para o interesse público, recomenda-se ao licitante total conhecimento dessa prática prevista neste Termo de Referência, bem como, para sua efetivação, após a aprovação dos orçamentos e apresentação de laudos e justificativas inerentes, a autoridade competente deverá transferir o domínio de propriedade do COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO ao fornecedor do COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO.

1.14.7. No fornecimento de PEÇAS e COMPONENTES à base de EXCHANGE, o procedimento de compra será o mesmo adotado para as demais PEÇAS e COMPONENTES, considerando-se a avaliação para a base de troca no mercado.

1.14.8. A ocorrência do *ADDITIONAL BILLING* será admitida mediante comprovação por meio de Laudo Técnico de responsabilidade da CONTRATADA, a ser submetida à avaliação da CONTRATANTE.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000006/2024
- II - Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III - Id do item no PCA: 89
- IV - Classe/Grupo: 872 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS
- V - Identificador da Futura Contratação: 200334-90017/2023

2.3. Justificativa pelo não parcelamento do objeto:

2.3.1. Em que pese haver a possibilidade de fracionar o objeto da contratação em grupos e itens distintos (peças ordinárias e extraordinárias) ou, até, em certames licitatórios autônomos, como fora realizado, por exemplo, nos processos realizados no ano de 2012 para as aeronaves EMB-145 da frota da CAOP/CGAP/DIREX/PF, verificou-se na prática que tal fracionamento não seria a opção mais vantajosa para a Administração.

2.3.2. Esta forma de contratação resulta por vezes na indisponibilidade parcial da aeronave que impede sua operação, no entanto, os demais contratos continuam vigentes e por sua vez sendo honrados representando gastos mensais mesmo que a aeronave permaneça em solo. Tal problema ocorre porque apesar de serem prestados por empresas diversas e aparentemente não possuírem vínculos diretos e finalidade distintas, todos os contratos interferem diretamente na operabilidade da aeronave, tendo um único objetivo final: a aeronavegabilidade e disponibilidade da aeronave para voo.

2.3.3. Nesse contexto, seria muito provável que ocorressem conflitos de interesse entre as diversas empresas contratadas, principalmente quando houvesse necessidade de se responsabilizar qualquer delas por vícios ou fatos dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, em razão de estarem todos eles relacionados ao mesmo objeto, ou seja, a manutenção da AERONAVE.

2.3.4. Dessa forma, por se tratar de serviços inter-relacionados, a junção do objeto em um único item e o agrupamento dos itens é economicamente vantajoso para a Administração. Além disso, é conveniente que tais serviços tenham um gerenciamento centralizado, de modo a evitar a prejudicialidade comentada nos parágrafos anteriores. Como afirmado, o eventual fracasso da contratação ou da execução correta da prestação dos serviços ou do fornecimento de materiais aeronáuticos, em separado, por empresas distintas, poderia comprometer toda a contratação aqui almejada, acarretando sérios prejuízos à Administração, revezes financeiros e descontinuidade dos serviços operacionais da aeronave.

2.3.5. Por essas razões, entende-se que os itens 2 e 3 a serem licitados devem permanecer em grupo único, pois essa é a melhor forma de administrar o contrato a ser celebrado e que possibilitará a integralidade do patrimônio público e condições mais vantajosas à Administração.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

4.1.2. Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como Mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil, polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências citadas;

4.2. As empresas ainda deverão observar o disposto IN SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, especialmente:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.3. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

#### **Subcontratação**

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.5.1. O presente termo de referência visa o registro de preço para a compra de peças e componentes utilizados na manutenção preditiva e corretiva da aeronave AW139. Dessa forma a demanda por peças depende de fatores como: horas de voo da aeronave, ciclos dos motores, panes imprevisíveis de sistemas, etc. Assim, os pagamentos se darão após o recebimento e aceite do objeto por parte da equipe de fiscalização, não havendo risco para a Administração.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega das peças e componentes de uso rotineiro, a exemplo daqueles usados em trocas sistemáticas e inspeções preventivas, deverá ser combinado no orçamento aprovado pela fiscalização de modo a atender os prazos de execução das inspeções.

5.2. Nas eventuais situações em que um componente de maior complexidade sofrer algum tipo de avaria provocada por acidente e/ou incidente, pela urgência que a situação requeira, o prazo máximo para entrega será de 30 (trinta) dias. Os casos de impossibilidade comprovada de cumprimento dos prazos estabelecidos, como por exemplo, a ausência da peça no estoque da CONTRATADA e a consequente necessidade de importação, deverão ser fundamentados por escrito, o que pode se dar por meio do orçamento, para a CONTRATANTE para análise e posterior deliberação.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço [...]

**Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal.**  
**Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek**  
**Setor de Hangares, Aviação Geral, Hangares 13/14**  
**CEP 71608-030 - Lago Sul – Brasília – DF,**  
**de segunda a sexta, no horário de 08h às 18h,**  
**exceto feriados, salvo se houver necessidade**

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 01 (um) ano para peças novas e de, no mínimo, 06 (seis) meses para peças na condição "repaired", contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

- 5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas ou "repaired" (de acordo com o caso), e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo apresentado para o caso e aprovado pelo fiscal do contrato, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica**

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#)).
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada,



acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

#### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento do objeto**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**



7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral, de acordo com cada pedido de fornecimento realizado pela Administração.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como

produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual ou Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual ou Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples.

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)).

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 2% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

#### **Qualificação Técnica**

8.29. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.29.1. Comprovação de certificação da empresa pela fabricante da aeronave em questão ou do grupo moto propulsor nesta instalado.

8.29.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos

compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

8.29.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: Entregas realizadas, no período de um ano, no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a um determinado cliente.

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1.1. realizado ou estar realizando o fornecimento dos materiais, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo de referência, em períodos sucessivos ou não, por um prazo não superior a 3 (três) anos até a data da publicação do Edital (§5º, art. 67, Lei 14.133/2021).

8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 14.918.796,58** (quatorze milhões, novecentos e dezoito mil setecentos e noventa e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme descrito nos itens 2 e 3 da tabela no tópico 1.1.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. OUTRAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

- 11.1. Em atendimento ao artigo 10 da Instrução Normativa 81/2022 Seges/ME, as informações contidas neste Termo de Referência são de caráter público, não se aplicando as restrições de acesso contidas na Lei 12.527 de 18 de novembro 2011, uma vez que não se encontram no rol do artigo 23 do referido normativo.

## 12. ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

- 12.1. Estudo Técnico Preliminar Digital 36348532.

Brasília, 09 de dezembro de 2024.

Elaborado por:

**WILLIAN MACDONALD ALVES**  
Agente de Polícia Federal  
SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF

**HENRIQUE RIET DE MELLO E SOUZA**  
Agente de Polícia Federal  
GESCON/CAOP/CGAP/DIREX/PF

Aprovo:

**GUILHERME LOPES MADDARENA**  
Delegado de Polícia Federal  
Coordenador de Aviação Operacional



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE RIET DE MELLO E SOUZA**, Agente de Polícia Federal, em 09/12/2024, às 20:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME LOPES MADDARENA**, Coordenador(a), em 10/12/2024, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAN MACDONALD ALVES**, Agente de Polícia Federal, em 09/12/2024, às 20:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=38759204&crc=6842D749](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38759204&crc=6842D749).

Código verificador: **38759204** e Código CRC: **6842D749**.